



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhores e senhoras deputados e deputadas
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhores e Senhoras membros do Governo

O Bloco de Esquerda/ Açores, tal como todas as forças políticas apresentaram aos Açorianos e Açorianas os seus programas políticos nas Eleições do passado dia 19 de Outubro.

O sufrágio popular ditou a composição desta Assembleia.

Todos e todas, deputados e deputadas com assento nesta Assembleia tem, sem margem para dúvidas, toda a legitimidade democrática.

Está neste caso o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Todavia, para a maioria do Partido Socialista esta não é uma verdade insofismável.

Para esta maioria existem votos de Açorianos e Açorianas de primeira e votos de segunda.

Assim apresentação de um projecto de alteração da Lei Orgânica desta casa que a pretexto dos custos exagerados que a nova composição da Assembleia acarretaria, faz cortes dirigidos onde as formações mais pequenas são severamente penalizadas.

Quero afirmar aqui, que o Bloco de Esquerda não está contra a redução de custos, não queremos uma autonomia de luxo, mas não aceitamos que seja à custa das mais pequenas formações políticas e particularmente à custa do Bloco de Esquerda que essas poupanças se implementam.

Apontamos de forma clara que é uma acção politicamente dirigida.

E senão vejamos.



A última alteração da Lei Orgânica foi efectuada, já com a nova lei eleitoral em efectividade legal. Não deram conta tão pressurosos contabilistas que as despesas iam aumentar.

O problema não foi esse.

Mas sim, o povo dos Açores trocou as voltas aos estrategas do PS. E, vai daí o PS vinga-se.

Esta é que é a realidade.

Mas fiéis ao nosso pensamento, apresentámos ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa uma proposta informal que obteria os ganhos idênticos aos objectivos do PS e tinha uma base proporcional.

Mas, a maioria do Partido Socialista não quer discutir nada, quer pela força dos números submeter tudo e todos.

Esta posição de força do Partido Socialista como é politicamente claro, fere o regular funcionamento das Instituições Democráticas.

Ao retirarem às formações políticas mais pequenas meios mínimos para um trabalho com dignidade. O Partido Socialista intenta amordaçar outras vozes.

Apesar de tudo isto, esta bancada quer afirmar nesta casa, sede primeira da democracia autonómica, que tudo iremos fazer para a dignificar, ser fiéis aos Açorianos e Açorianas que nos mandataram e sermos uma força activa para o progresso e desenvolvimento desta terra.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhores e Senhoras deputados e deputadas
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhores e Senhoras membros do Governo



É portanto fiéis ao nosso programa, sufragado, que a bancada do Bloco de Esquerda vota contra o Programa de Governo apresentado a esta Assembleia pelo Senhor Presidente do Governo Regional.

As desigualdades sociais nos Açores têm vindo a acentuar-se, e não é o BE/Açores que o diz, é o INE, que diz que os Açores são a região que regista o maior aumento da desigualdade nas distribuições de rendimento a nível nacional, e com os crescentes efeitos da crise global económica e financeira, no futuro próximo nada de bom se augura, para os sectores da população mais carenciadas e largos sectores da classe média.

Impõe-se pois o reforço da componente pública, com uma gestão rigorosa e virada para as pessoas.

Mas nada disto nos apresenta o Governo Regional.

Na saúde, não está no centro das preocupações do Governo as listas de espera de milhares de pessoas para uma especialidade ou cirurgia, as dezenas de milhar de pessoas que não tem médico de família, a precariedade da saúde oral, ou a débil ajuda aos deslocados e suas famílias.

Quando um estudo da DECO aponta os Açores como a região do país, na qual os exames auxiliares de diagnóstico são os mais caros do país, está descoberta a real vocação deste governo.

O anúncio de mais uma parceria para o centro de radioterapia de S. Miguel é o seguimento desta política a par da construção, também em parceria do novo hospital da Terceira.

Todos os estudos do Tribunal de Contas apontam para o desastre financeiro que constituem estas parcerias.

Só servem para defraudar os cofres públicos que sustentam negócios com o rendimento máximo garantido.

Não é bom caminho para os Açores e particularmente para os mais pobres.



Num momento em que o neoliberalismo sofreu uma pesada derrota, arrastando atrás de si milhões e milhões de seres humanos para o sofrimento e o desespero, em contra ciclo nos Açores o neoliberalismo está de saúde.

Mas a matriz desta política de saúde estende-se a todos os sectores.

Nos transportes, impõe-se uma política economicista que divide os Açorianos em primeira e segunda categorias, criando um mal-estar generalizado que ajuda a promover na opinião pública um desejo de mudar.

O Menu está preparado. Com dinheiro público, entregar o serviço a privados.

Este, filme volta a repetir-se na energia, no tratamento e recolha de resíduos, nos portos em sectores da educação e mesmo de apoio social, e por aí fora.

Serviços essenciais como estes, são basilares para colmatar as desigualdades sociais provocadas pela sociedade, são por isso factores de cidadania e democracia.

Para o privado, como é lógico, o seu alvo primeiro é o lucro, logo as populações tem piores serviços, mais caros e profundamente mais desequilibrados territorialmente.

Por outro lado a alienação por parte do Estado destes serviços coloca-o como refém dos interesses que os controlam.

Sabemos que nem tudo é para privatizar já, pois a conjuntura não é favorável, mas o caminho está a ser aberto por este programa de Governo.

Por aí não vamos Senhor Presidente do Governo Regional



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhores e senhoras deputados e deputadas
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhores e Senhoras membros do Governo.

Neste programa de Governo, é apresentada com pompa e circunstância a abertura de mais valências para o Estado Americano, na base das Lajes.

Integrar a Base no plano Africom (que não é mais nem menos do que a projecção de forças americanas sobre África) e, com eixo na Base, todos os Açores, se transformarem num campo de treinos militar para aviões de última geração e mísseis.

É uma aventura, e uma irresponsabilidade política de tamanha grandeza.

Assunto desta natureza, com esta magnitude exige uma consulta séria às populações. Para isso, bastará recorrer ao mesmo enquadramento jurídico que permite um referendo ao Tratado de Lisboa, também ele um tratado internacional.

Não basta a associação política e logística dos Açores à guerra ilegal e inexplicável contra o Iraque, não basta a associação do nome Açores a Guantanamo por via dos voos da CIA, quer agora o Governo assumir novas e maiores facetas na ajuda da guerra.

Quando o fundador do PS, Dr. Mário Soares, vem defender o fim da NATO, os seus camaradas nos Açores apresentam-se como falcões da guerra.



Mas para melhor passar esta ideia apressa-se o Governo a acenar com os benefícios, mas sobre isso estamos entendidos, bastou ver a intervenção do Senhor Secretário Regional da Presidência nesta Casa.

Quando quis apontar-nos os benefícios, perdeu o papel.

E, Nesta matéria os postos de trabalho estarão muito mais defendidos – como, infelizmente, a vida vem demonstrando – com a transformação desta base militar, numa plataforma comercial, que essa sim aproveitará mão de obra especializada e a economia dos Açores agradece.

Por outro lado, não é de bom tom que, quem até agora não levantou a voz pela defesa dos trabalhadores da Base, venha agora em letra de forma ajudar a criar uma Comissão de Trabalhadores.

Não é caminho Senhor Presidente do Governo, e espera o Bloco de Esquerda que o Senhor tenha a coragem política, de fazer aos Açorianos e Açorianas a pergunta que se impõe nesta casa.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhores e Senhoras deputados e deputadas
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhores e Senhoras membros do Governo

Não quero deixar de abordar embora de forma sucinta mais alguns aspectos com importância vital neste programa.

Como disse atrás o apoio social público é decisivo para a existência da própria democracia e seu reforço a todos os níveis da sociedade.

Neste programa do governo o que se vê é a progressão na continuidade, isto é mais do mesmo.



E, o problema é que, mais do mesmo, não chega e nesta conjuntura, significa pior.

Abordemos, agora, duas áreas sintomáticas de forma sucinta..

Ficou o Senhor Presidente visivelmente irritado quando na minha primeira intervenção acusei este governo no seguimento do anterior de no mínimo, insensibilidade perante a chaga social que é efectivamente a violência doméstica.

Todos os estudos apontam que a nossa região ocupa o triste 1º lugar de maior número de casos de violência e nem assassinato de seis mulheres este ano, nem isso fez tocar a rebate as campanhas no palácio do Governo.

Perante um problema sério em crescimento, com custos sociais e familiares elevadíssimos, já para não falar das vítimas, a resposta do governo, é temos trabalhado alguma coisa e vamos continuar a trilhar o mesmo caminho.

Insensibilidade em política, não se mede pelo aumento do ritmo cardíaco, perante a infelicidade alheia. Em política, tomam-se medidas de acordo com a dimensão do flagelo.

E, essas, não estão no seu programa, Senhor Presidente do Governo Regional.

Um estudo divulgado pela PSP, apontava que 60% dos crimes contra o património, nos Açores tinham como origem a toxicod dependência. Vários estudiosos da problemática apontam que este problema está aumentar nos Açores e atinge cada vez escalões etários mais baixos.

Estamos perante um gravíssimo problema de saúde pública, em paralelo com a questão da segurança dos cidadãos.



Não somos autistas ou ingénuos para que não tenhamos a consciência da dificuldade em alterar padrões culturais e comportamentais lesivos.

Mas uma certeza temos fundamentada ou iniciamos já um combate com os meios adequados ou o problema agrava-se.

Mas esta urgência não se vislumbra no programa, mais uma vez. E, também agir, mais do mesmo quer dizer pior.

Na educação a política não fugiu às regras economicistas e mais do mesmo é transposto para o programa.

Na esteira do governo da república, o governo regional reduziu a função docente ao patamar de uma fábrica de pregos.

Os objectivos, entre outros, eram simples:

Dividir os professores e diminuir os custos com a educação.

Perante a forte reacção dos professores o governo com promessas de recuo tenta agora manobrar, para evitar o prolongar da contestação.

Mas também na escola inclusiva se deram passos atrás com o quase completo desmantelamento de apoio aos alunos portadores de deficiência. A fragilidade do apoio social e psicológico em rede, para ajudar a uma escola inclusiva é preocupante.

A negação da existência de uma disciplina não valorativa e dada por especialistas que abordasse as problemáticas das dependências da educação sexual e de Identidade de Género não ajuda a uma escola inclusiva, nem permite que seja uma aliada séria de outros combates nesta área.

A não limitação de mandatos do Conselhos executivos, não ajuda à participação nem ao crescer para a cidadania.

Bloco de Esquerda / Açores

Largo de São João, 8 | 9500-106 Ponta Delgada | São Miguel – Açores

e-mail: blocoacores@gmail.com | Telf. / Fax: 296 701 237



São pois, alguns aspectos centrais de que o caminho que o Programa de governo aponta, mais do mesmo quer dizer pior.

Estamos perante um programa de governo que conduzirá a mais desigualdades sociais, aumentando as clivagens que cada vez mais se fazem sentir e pretende colocar os Açores na rota da Guerra.

Por isso, tem o nosso voto contra.

Zuraida Soares